

## Compreender o capitalismo actual

Michel Husson (\*)

[http://www.ocomuneiro.com/nr6\\_01\\_michelhusson.html](http://www.ocomuneiro.com/nr6_01_michelhusson.html)

*Este texto retoma duas contribuições publicadas em "O marxismo face ao capitalismo contemporâneo", Cahiers de critique communiste, 2004. Ele procura esclarecer esta questão: em que medida os contributos de Marx podem permitir compreender melhor o funcionamento do capitalismo contemporâneo?*

Reivindicar-se de trabalhos datados do século XIX para analisar a realidade de hoje expõe-nos evidentemente à crítica de cair num arcaísmo dogmático. Uma tal objecção é legítima, mas com duas condições que merecem ser assinaladas. Em primeiro lugar, não se trata de dizer que as ferramentas conceptuais de Marx podem ser mobilizadas tal e qual e que o seu uso dispensa toda análise concreta: por definição o método marxista interdita tais facilidades. Em seguida, a crítica de arcaísmo apenas pode ser aplicada apoiando-se em dois postulados, dos quais um só bastaria para tornar caduca a referência marxiana.

Primeiro postulado: o capitalismo de hoje é qualitativamente diferente daquele que Marx dispunha como objecto de estudo. Suas análises poderiam ser úteis para compreender o capitalismo do século XIX, mas tornaram-se obsoletas pelas transformações que tiveram lugar desde então nas estruturas e mecanismos do capitalismo.

Segundo postulado: a ciência económica realizou progressos significativos e, inclusive, operou mudanças de paradigma irreversíveis. Neste caso, a análise marxista tornou-se obsoleta, não tanto em razão das transformações do seu objecto, mas devido a progressos da ciência económica.

Para justificar o recurso ao aparelho conceptual marxista, é necessário portanto colocar em causa estes dois postulados. Como isto não é a função deste texto, limitar-nos-emos aqui a esboçar a demonstração. Temos que começar por recusar o conceito de "ciência económica" como ciência pura e simples e, mais ainda, como uma ciência unificada e progredindo linearmente. Contrariamente por exemplo à física, os paradigmas da economia continuam a existir de forma conflitual, como sempre o fizeram. A economia dominante actual, dita neo-clássica, é construída sobre um paradigma que não se diferencia fundamentalmente daquele das escolas pré-marxistas ou mesmo pré-clássicas. O debate teórico triangular entre a economia clássica (Ricardo), a economia "vulgar" (Say ou Malthus) e a crítica da economia política (Marx) continua mais ou menos nos mesmos termos. As relações de força que existem entre esses três pólos evoluíram mas não segundo um esquema de eliminação progressiva de paradigmas, os quais cairiam pouco a pouco no campo pré-científico.

A economia dominante não domina em razão dos seus efeitos de conhecimento próprios mas em função das relações de força ideológicas e políticas mais gerais. Para tomar apenas um exemplo, pode-se evocar o debate contemporâneo sobre as "armadilhas do desemprego": indemnizações demasiado generosas desencorajariam os desempregados a retomar um emprego e seriam uma das principais causas da persistência do desemprego. Ora, estes argumentos são os mesmos que foram evocados na Grã-Bretanha para colocar em causa a lei dos pobres (em 1832). Trata-se de uma questão social que não foi decidida por nenhum progresso da ciência.

Quanto ao segundo postulado, há que recusá-lo igualmente. O capitalismo contemporâneo não é similar, evidentemente, nas suas formas de existência, àquele que Marx conheceu. Mas as estruturas principais deste sistema permaneceram invariáveis, sendo que podemos mesmo

defender, pelo contrário, que o capitalismo contemporâneo é mais próximo de um funcionamento “puro” do que aquele do tempo dos “Trinta Gloriosos” (1945-75).

Se este duplo ponto de vista é adoptado (ausência de progressos cumulativos da “ciência” económica e invariabilidade das estruturas capitalistas), torna-se lícito aplicar hoje os esquemas marxistas. Mas isto não seria suficiente: não podemos nos satisfazer com uma visão apenas moderadamente dogmática, que consistiria em fazer entrar, de forma mais ou menos forçada, a realidade de hoje num quadro conceptual marxista. É preciso ainda demonstrar que retiramos da aplicação dos instrumentos marxistas um benefício, uma mais valia, e que conseguimos compreender melhor o capitalismo actual. É isto que este texto tenta em seguida fazer, à volta de duas questões essenciais (que não se situam, aliás no mesmo nível de abstracção teórica): o valor e a acumulação.

Para que serve a teoria do valor?

A teoria do valor-trabalho está no centro da análise marxista do capitalismo. É portanto normal começar por ela se queremos avaliar a utilidade da ferramenta marxista para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Não se trata aqui de expor esta teoria em todos os seus desenvolvimentos (1). Podemos, no fim de contas, resumi-la muito sucintamente à volta de uma ideia central: o trabalho humano é a única fonte de criação de valor. Por valor, há que compreender aqui o valor monetário das mercadorias produzidas sob o capitalismo. Encontramo-nos então confrontados com este verdadeiro enigma, que as transformações do capitalismo não fizeram desaparecer, de um regime económico no qual os trabalhadores produzem a integralidade do valor mas do qual recebem apenas uma fracção sob a forma de salários, sendo que o resto irá ter ao lucro. Os capitalistas compram os meios de produção (máquinas, matérias-primas, energia, etc) e a força de trabalho; eles produzem mercadorias que vendem e no final das contas obtêm mais dinheiro do que aquele que investiram no início. O lucro é a diferença entre o preço de venda e o preço de custo desta produção. É esta constatação que serve de definição nos manuais.

Mas o mistério continua. Se eu compro mercadorias numa loja e tento vendê-las mais caro eu não o conseguirei, a não ser que faça contrabando ou que (de uma maneira ou de outra) roube o meu cliente. Mas uma sociedade não pode se fundar duravelmente sobre o engano e o desvio de mercadorias. Pelo contrário, o capitalismo funciona normalmente a partir de uma série de intercâmbios iguais: num momento dado, o capitalista paga os fornecimentos e os seus assalariados ao preço de mercado. Salvo situações excepcionais, o assalariado recebe uma retribuição pelo seu trabalho conforme ao “preço do mercado”, mesmo se, através da luta social, ele procure fazer aumentar esse preço.

É à volta desta questão absolutamente fundamental que Marx abre a sua análise do capitalismo em “O Capital”. Antes dele, os grandes clássicos da economia política, como Smith ou Ricardo, procediam de outra forma, perguntando-se o que fixava o preço relativo das mercadorias: porque, por exemplo, uma mesa vale o preço de cinco calças? A resposta que, rapidamente se impôs consiste em dizer que esta relação de 1 a 5 reflecte mais ou menos o tempo de trabalho necessário para produzir umas calças ou uma mesa. É o que poderíamos chamar a versão elementar do valor-trabalho. Em seguida estes economistas - que Marx chama clássicos e que ele respeita (ao contrário de outros economistas que ele chamará “vulgares”) – procuram decompor o preço de uma mercadoria. Além do preço das matérias fornecidas, este preço incorpora três grandes categorias: a renda, o lucro e o salário. Esta fórmula em três partes parece muito simétrica: a renda é o preço da terra, o lucro, o preço do capital e o salário, o preço do trabalho. Daí a seguinte contradição: de um lado, o valor de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho necessário à sua produção; mas, por um outro lado, ele engloba mais do que apenas o salário. Esta contradição se complica quando notamos, como fez Ricardo, que o capitalismo se caracteriza pela formação de uma taxa geral de lucro, ou seja, que os capitais tendem a ter a mesma rentabilidade, qualquer que seja o ramo no qual são investidos. Ricardo ficará bloqueado diante desta dificuldade.

Marx propõe a sua solução que é ao mesmo tempo genial e simples (pelo menos *a posteriori*). Ele aplica à força do trabalho, esta mercadoria um pouco particular, a distinção clássica (que ele adopta) entre valor de uso e valor de troca. O salário é o preço da força de trabalho que é socialmente reconhecido a um momento dado como necessário à sua reprodução. Deste ponto de vista, o intercâmbio entre o vendedor da força de trabalho e o capitalista é, regra geral, uma relação igual. Mas a força de trabalho tem uma propriedade particular que é a de produzir valor. O capitalista apropria-se da integralidade deste valor produzido, mas apenas paga uma parte, porque o desenvolvimento da sociedade faz com que os assalariados possam produzir durante o seu tempo de trabalho um valor maior do que aquele que eles vão obter sob a forma de salário. Façamos como Marx, nas primeiras linhas de "O Capital" e observemos a sociedade como uma *"imensa acumulação de mercadorias"* todas produzidas pelo trabalho humano. Podemos formar dois "montes": o primeiro monte é formado por bens e serviços de consumo, que se destinam aos trabalhadores; o segundo monte que compreende bens ditos "de luxo" e bens de investimento, correspondem à mais-valia. O tempo de trabalho do conjunto desta sociedade pode, por sua vez, ser decomposto em duas partes: o tempo consagrado a produzir o primeiro monte é designado por Marx por trabalho necessário, enquanto o sobre-trabalho é consagrado à produção do segundo monte.

Esta representação é, no fundo, bastante simples mas, para captá-la é preciso evidentemente recuar um pouco e adoptar um ponto de vista social. É precisamente este passo ao lado que é tão difícil de dar, porque a força do capitalismo está em nos impor uma visão da sociedade que a apresenta como uma longa série de trocas iguais. Contrariamente ao feudalismo, onde o sobre-trabalho era fisicamente perceptível, quer se tratasse de entregar uma parte da colheita ou de ir trabalhar um certo número de dias por ano nas terras do senhor feudal, esta distinção entre trabalho necessário e sobre-trabalho torna-se opaca no capitalismo, como resultado das próprias modalidades da repartição de riquezas e de uma profunda divisão social do trabalho. Ora, este dispositivo funciona ainda hoje, e até mesmo sob uma forma exacerbada, com a financeirização.

A finança permite o auto-enriquecimento durante o sono?

A euforia das bolsas e as ilusões criadas pela "nova economia" deram a impressão de que era possível "enriquecer-se durante o sono", ou seja, que a finança tinha se transformado numa fonte autónoma de valor. Estes fantasmas típicos do capitalismo nada têm de original, e podemos encontrar em Marx todos os elementos para fazer a sua análise crítica, nomeadamente nos estudos do livro dois de "O Capital" consagrados à divisão do lucro entre "juro" e "lucro de empresa". Marx escreve, por exemplo que: *"na sua representação popular, o capital financeiro, o capital produzindo juros, é considerado como o capital em si, o capital por excelência"*. Com efeito, ele parece ser capaz de produzir um rendimento, independentemente da exploração da força de trabalho. É por isto, acrescenta Marx, que *"para os economistas vulgares que procuram apresentar o capital como fonte independente do valor e da criação de valor, esta forma é, evidentemente, uma dádiva, pois ela torna irreconhecível a origem do lucro e atribui ao resultado do processo de produção capitalista (separado do próprio processo) uma existência independente"*.

O juro, e os rendimentos financeiros em geral, não representam o "preço do capital" que é determinado pelo valor de uma mercadoria particular, como é o caso do salário pela força de trabalho; ele é uma chave de repartição da mais-valia entre capital financeiro e capital industrial. Esta visão baseada numa subtracção, onde o juro é analisado como uma punção sobre o lucro, opõe-se totalmente à visão da economia dominante (aquela que Marx qualificava já de "vulgar"), a qual trata a repartição do rendimento segundo uma lógica aditiva. Na visão apologética deste ramo da economia, a sociedade é um mercado generalizado onde cada um vem com as suas "dotações", oferecer os seus serviços nos mercados sob forma de "factores de produção". Alguns oferecem o seu trabalho, outros a terra, outros o capital, etc. Esta teoria não diz nada, evidentemente, de como e quem decidiu da atribuição a cada "agente" das suas dotações iniciais, mas a intenção é bem clara: pretende que o rendimento nacional é construído pela agregação de rendimentos de diferentes

“factores de produção” segundo um processo que tende a tomá-los por simétricos. A exploração desaparece, pois cada um dos factores é remunerado segundo sua contribuição própria.

Este tipo de esquema tem vantagens, mas apresenta também muitas dificuldades. Por exemplo, gerações de estudantes de economia aprendem que “o produtor maximiza o seu lucro”. Mas como esse lucro é calculado? É a diferença entre o preço do produto e o custo dos meios de produção, no qual estão incluídos os salários, mas também o “custo de uso” do capital. Este último conceito, relativamente recente, resume por si só as dificuldades da operação, uma vez que ele depende ao mesmo tempo do preço das máquinas e da taxa de juro. Mas se as máquinas e os juros foram pagos, que lucro é este que é maximizado? Uma questão tanto mais interessante quanto este lucro, uma vez “maximizado”, é na verdade nulo. E se não o é, então tende para o infinito, e a teoria neoclássica da repartição afunda-se em contradições, pois o rendimento torna-se superior à remuneração de cada um dos “factores”. A única maneira de tratar esta dificuldade é, para a economia dominante, a de cortá-la em pedaços e dar respostas diferentes segundo as regiões a explorar, sem nunca assegurar uma coerência de conjunto, que apenas poderia ser dada por uma teoria do valor, de que ela não dispõe. Para resumir estas dificuldades (que remetem para a discussão de Marx), a teoria dominante oscila entre duas posições incompatíveis. A primeira consiste em assimilar o juro ao lucro – e o capital emprestado ao capital comprometido na produção – mas deixa sem explicação a própria existência de um lucro de empresa. A segunda consiste em distinguir os dois factores, mas, desta forma, ela interdita-se a si própria de produzir uma teoria unificada do capital. Toda a história da teoria económica burguesa é a de um vai e vem incessante entre estas duas posições contraditórias, sendo que a questão não foi ainda resolvida pelos desenvolvimentos da “ciência económica”.

A teoria do valor é, portanto, particularmente útil para tratar correctamente o fenómeno da financeirização. Uma apresentação amplamente difundida consiste em dizer que os capitais têm permanentemente a escolha de se investirem na esfera produtiva ou de se colocarem nos mercados financeiros especulativos. E que eles escolheriam entre os dois em função dos rendimentos esperados. Esta abordagem possui virtudes críticas, mas tem o defeito de sugerir que existem dois meios alternativos de ganhar dinheiro. Na realidade, pode-se enriquecer na Bolsa apenas sobre a base de uma punção operada sobre a mais-valia, mas o mecanismo tem os seus limites que são os limites da exploração e os decorrentes do facto que o movimento de valorização das Bolsas não se pode auto-alimentar indefinidamente.

De um ponto de vista teórico, o curso da Bolsa deve ser indexado sobre os lucros esperados. Esta ligação é, evidentemente, muito imperfeita e depende também da estrutura de financiamento das empresas: conforme estas se financiem principalmente ou apenas acessoriamente nos mercados financeiros, a cotação das acções será um indicador mais ou menos preciso. O economista marxista Anwar Shaikh elaborou uma especificação que mostra que esta relação funciona relativamente bem nos Estados Unidos (2). No caso francês, a situação é a mesma: entre 1965 e 1995, o índice da Bolsa de Paris estava bem correlacionado com a taxa de lucro. Mas esta lei foi claramente infringida na segunda metade dos anos 90: em Paris, o CAC40, por exemplo, foi multiplicado por três em cinco anos, o que é verdadeiramente extravagante. A reviravolta bolsista deve portanto ser interpretada como uma forma de chamada à ordem por parte da lei do valor, que abre caminho sem se preocupar com as modas económicas. O retorno da realidade remete, no final de contas, à exploração dos trabalhadores que é o verdadeiro “fundamental” da Bolsa. O crescimento da esfera financeira e dos rendimentos que ela proporciona, só são possíveis na proporção exacta do aumento da mais-valia não acumulada, sendo que tanto um como o outro têm os seus limites, que foram já atingidos.

Fim do trabalho e, portanto, do valor-trabalho?

Uma das objecções clássicas dirigidas à teoria do valor é a de que os salários representam uma fracção cada vez mais reduzida dos custos de produção (da ordem dos 20%). Nessas condições, torna-se difícil manter a ideia de que o trabalho é a única fonte de valor. Esta abordagem, porém,

não resiste ao exame e basta formular esta simples questão: a que correspondem estes 80% de custos não salariais na fabricação de um automóvel? Se examinamos as contas de uma empresa, vamos encontrar nomeadamente uma rubrica intitulada compras intermédias, que pode efectivamente ultrapassar a massa salarial. Mas podemos permanecer somente a este nível (sobretudo quando se é marxista) e não examinar de perto o resto desta rubrica? Nós lá encontraremos, por exemplo: compras de chapa à indústria siderúrgica, de pneus ou de retrovisores aos fabricantes de equipamentos eléctricos, etc. Trata-se, no entanto, de custos não salariais? Evidentemente que não, uma vez que o custo desses materiais incorpora, ele próprio, trabalho assalariado (é o B-A - BA da teoria do valor) e faz parte da contabilidade nacional. A baixa dos salários directos corresponde igualmente a uma externalização de certos serviços (da manutenção à pesquisa) ou a colocação em sub-contratação de certos segmentos produtivos. É preciso, portanto, tomar em conta o trabalho incorporado nos preços de todas estes materiais. Obteremos então uma parte dos salários no valor acrescentado que, apesar de ter baixado, representa hoje cerca de 60% no conjunto das empresas. Estas cifras permitem verificar que a fixação dos padrões sobre a massa salarial não tem nada de irracional, mas corresponde a uma concepção muito pragmática da relação de exploração, mais lúcida do que aquela que consistiria em admirar-se com uma tal obsessão.

Para uma teoria do valor-conhecimento?

As teorizações da "nova economia" desembocam na ideia de que as novas tecnologias tornariam obsoleto o valor-trabalho. A determinação do valor das mercadorias pelo trabalho socialmente necessário à sua produção não mais corresponderia à realidade das relações de produção. O que é identificado como realmente novo na "nova economia" é esta perda de substância da lei do valor que conduziria a uma mutação profunda, ou mesmo a um auto-ultrapassamento do capitalismo. Mais precisamente, as novas tecnologias introduziriam quatro grandes transformações na produção de mercadorias: imaterialidade, reprodutibilidade, indivisibilidade e o papel do conhecimento.

O tema da imaterialidade diz respeito ao processo de trabalho e, ao mesmo tempo, ao próprio produto. Uma boa parte das mercadorias da "nova economia" são bens e serviços imateriais cujo suporte material se encontra reduzido à sua expressão mais simples. Quer se trate de um programa informático, de um filme, de um fragmento de música "digitalizada" ou, ainda melhor, de uma informação, a mercadoria moderna tende a tornar-se "virtual". Esta constatação é exacta, ao menos parcialmente, mas não conduz às implicações teóricas supostas. Ela apenas pode perturbar os partidários de um marxismo primitivo no qual, sob pretexto de materialismo, a mercadoria é uma coisa. O desenvolvimento dos serviços terá, ao menos, permitido liquidar esta velha incompreensão da forma valor. O fundamento da mercadoria é uma relação social, amplamente independente da forma concreta do produto. Mercadoria é tudo o que é vendido como meio de rentabilizar um capital.

A reprodutibilidade e a indivisibilidade de um número crescente de bens e de serviços colocam em causa o seu estatuto de mercadoria. Trata-se, nesse caso, de formas modernas de uma contradição fundamental do capitalismo, sobre as quais voltaremos mais à frente. Previamente, há que analisar o papel desempenhado pelo conhecimento nos processos produtivos, o qual colocaria em dificuldade a teoria do valor-trabalho. Para Enzo Rullani (3), ele transformou-se "*num factor de produção necessário, tanto como o trabalho ou o capital*". Mas a sua valorização obedece a leis "*muito particulares*", de tal forma que "*o capitalismo cognitivo funciona de maneira diferente do capitalismo puro e simples*". Em consequência, "*nem a teoria do valor da tradição marxista nem a teoria liberal, actualmente dominante, podem revelar o processo de transformação do conhecimento em valor*".

Negri vai ainda mais longe neste baralhar da relação capital-trabalho: "*O trabalhador, hoje, não tem mais necessidade de instrumentos de trabalho (quer dizer, de capital fixo) que sejam postos à sua disposição pelo capital. O capital fixo mais importante, aquele que determina os diferenciais*

*de produtividade, encontra-se a partir de agora no cérebro das pessoas que trabalham: é a máquina-utensílio que cada um de nós leva dentro de si. É esta a novidade absolutamente essencial da vida produtiva de hoje" (4). Um dos seus discípulos, Yann Moulier-Boutang, é ainda mais categórico afirmando que, no capitalismo cognitivo, o conhecimento "transforma-se na fonte principal do valor" e "o lugar principal do processo de valorização".*

Pretender que estas transformações são suficientes para invalidar a teoria do valor é reduzi-la a um simples cálculo de tempo de trabalho. Nos "Grundrisse", Marx escreve explicitamente o contrário: *"não é nem o tempo de trabalho nem o trabalho imediato efectuado pelo homem que aparecem como o fundamento principal da produção de riqueza; é a apropriação da sua força produtiva geral, sua inteligência da natureza e sua faculdade de a dominar desde que se constituiu em corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social representa o fundamento essencial da produção e da riqueza" (5). Citemos ainda Marx: "a acumulação do saber, da habilidade, bem como de todas as forças produtivas gerais do cérebro social são então absorvidas no capital que se opõe ao trabalho: elas aparecem de agora em diante como uma propriedade do capital, ou mais exactamente, do capital fixo".* Vemos que a ideia segundo a qual o capital goza da faculdade de se apropriar dos progressos da ciência (ou do conhecimento) nada tem de novo no campo do marxismo.

Uma das características intrínsecas do capitalismo, a fonte essencial da sua eficácia, sempre residiu nesta incorporação de capacidades dos trabalhadores na sua maquinaria social. O capital, explica Marx, *"dá vida a todas as potências da ciência e da natureza, bem como às da combinação e da comunicação sociais, para tornar a criação da riqueza independente (relativamente) do tempo de trabalho que a ela é afecto".* É neste sentido que o capital não é um parque de máquinas ou de computadores em rede, mas uma relação social de dominação. A análise do trabalho industrial desenvolveu longamente este ponto de vista. A análise da opressão das mulheres faz jogar um papel (ou deveria fazê-lo) à captação pelo capital do trabalho doméstico como factor de reprodução da força de trabalho. A escola pública remete também para esta forma de investimento social. A própria ideia de distinção entre trabalho e força de trabalho repousa, no fundo, sobre isto mesmo.

### As novas mercadorias

Mais do que pelo recurso ao "conhecimento", o capitalismo contemporâneo caracteriza-se, num número crescente de sectores, por uma estrutura de custos particular:

- uma colocação de fundos inicial importante e concentrada no tempo, onde as despesas de trabalho qualificado ocupam um lugar crescente;
- uma desvalorização rápida dos investimentos, que devem ser amortizados e rentabilizados num período curto;
- custos variáveis de produção ou de reprodução relativamente baixos;
- a possibilidade de apropriação mais ou menos gratuita da inovação ou do produto (programação informática, obra de arte, medicamento, informação, etc).

Tudo isto não deveria, à priori, colocar qualquer problema particular: a valorização do capital passa pela formação de um preço que deve cobrir os custos variáveis da produção, a amortização do capital fixo calculada em função da sua duração de vida económica, mais a taxa média de lucro. Quando a inovação permite produzir mais barato as mesmas mercadorias, o primeiro capital a utilizá-la beneficia de uma vantagem, ou de uma renda (uma mais-valia "extra" dizia Marx) que dá uma retribuição transitória ao avanço tecnológico. Os seus concorrentes serão levados a introduzir a mesma inovação, a fim de beneficiarem também destes sobre-lucros, ou simplesmente para resistirem à concorrência.

Uma dificuldade suplementar aparece a cada vez que as firmas concorrentes podem se colocar ao mesmo nível, com um custo muito reduzido, porque esta possibilidade tem por efeito desvalorizar instantaneamente o capital que correspondia à colocação de fundos de investimento inicial. Uma característica do capitalismo contemporâneo é precisamente a reprodutibilidade a custo muito

baixo de um número crescente de mercadorias e esta é também uma outra característica das mercadorias "virtuais" que coloca problemas particulares às exigências de rentabilidade. De manufactura estilizada, estas mercadorias necessitam de um investimento muito alto em concepção, mas a sua produção é, posteriormente, quase gratuita. Do último CD de Michael Jackson à mais recente molécula anti-Sida, podemos dar numerosos exemplos desta configuração, que entra em contradição com a lógica de rentabilização do capital, em razão de uma outra verdadeira novidade. Uma vez que o produto tenha sido concebido, a colocação de fundos de investimento não é mais necessária para os novos fabricantes que entram no negócio.

Uma noção próxima é aquela da indivisibilidade, para retomar a expressão utilizada a propósito dos serviços públicos. Ela se aplica bem à informação: uma vez produzida, sua difusão não priva ninguém do seu benefício, contrariamente a um livro, por exemplo, o qual já não posso mais ler se o dei ou o emprestei. Na medida em que as novas tecnologias introduzem uma tal lógica, elas aparecem como contraditórias com a lógica mercantil capitalista. Potencialmente, o capitalismo não poderia mais funcionar, pelo menos com as suas regras habituais. Rullani tem razão em dizer que o valor do conhecimento não depende da sua raridade mas *"decorre unicamente das limitações estabelecidas, institucionalmente ou de facto, no acesso ao conhecimento"*. Para valorizar esta forma de capital, é preciso, paradoxalmente, *"limitar temporariamente a difusão"* das técnicas que permitiram a sua elaboração, ou então *"regulamentar o acesso a elas"*. A actualidade está cheia de exemplos que ilustram esta análise, quer se trate de Microsoft, de Napster ou de projectos de CD não reproduzíveis para evitar as cópias piratas. Como diz ainda Rullani: *"o valor de troca do conhecimento está portanto inteiramente ligado à capacidade prática de limitar a sua difusão livre. Ou seja, de limitar através de meios jurídicos (brevets, direitos de autor, licença, contratos) ou monopolistas, a possibilidade de copiar, de imitar, de "reinventar", de apreender os conhecimentos dos outros"*.

Mas admitamos mesmo uma ampla difusão deste novo tipo de produtos potencialmente gratuitos. Em vez da emergência de um novo modo de produção, a análise precedente mostra que há que ver nisso o aprofundamento de uma contradição absolutamente clássica entre a forma que toma o desenvolvimento das forças produtivas (a difusão gratuita potencial) e as relações de produção capitalistas que tentam reproduzir o estatuto de mercadoria, no sentido contrário às potencialidades das novas tecnologias. Reencontramos aqui a descrição avançada por Marx desta contradição maior do capital: *"de uma parte ele desperta todas as forças da ciência e da natureza bem como aquelas da cooperação e da circulação sociais, a fim de tornar a criação de riquezas independente (relativamente) do tempo de trabalho utilizado por ela. Por outra parte, ele pretende medir as gigantescas forças sociais assim criadas segundo o padrão do tempo de trabalho e encerrá-las nos limites estreitos necessários à manutenção, enquanto valor, do valor já produzido. As forças produtivas e as relações sociais - simples faces diferentes do desenvolvimento do indivíduo social - aparecem ao capital unicamente como meios para produzir a partir da sua base estreita. Mas, de facto, são condições materiais capazes de fazer explodir esta base"*.

Dado que ela esquece estas contradições entre novas tecnologias e lei do valor, a teoria do "capitalismo cognitivo" repousa portanto sobre um contra-senso fundamental. Ela postula uma nova fase do capitalismo dotada de uma lógica específica e de novas leis, em particular na determinação do valor. Fascinada pelo seu objecto, a escola cognitiva empresta assim ao capitalismo contemporâneo uma coerência a qual ele está longe de possuir e situa-se, à sua maneira, numa lógica regulacionista que atribui ao capitalismo uma infinita capacidade de se renovar. No seu último livro, André Gorz (6) tem uma fórmula que resume às mil maravilhas a incoerência destas teorias: *"o capitalismo cognitivo é a contradição do capitalismo"*. As mutações tecnológicas mostram, com efeito, que este modo de produção, como o previu Marx, *"atingiu, no desenvolvimento das suas forças produtivas, uma fronteira passada a qual ele não pode tirar proveito pleno das suas potencialidades a não ser que se transfigure em outra economia"*.

É, portanto, o próprio capitalismo (e não as análises marxistas dele) que confina a economia à esfera do valor de troca, na qual o valor-riqueza apenas aparece como um meio. É uma das suas grandes fraquezas é a sua dificuldade cada vez maior em dar uma forma mercantil a valores de uso novos, imateriais e potencialmente gratuitos. É, portanto, com base num outro contra-senso que os teóricos do capitalismo cognitivo se reivindicam de Marx, e particularmente das páginas dos "Grundrisse", onde ele aborda essas questões, tal como acabamos de referir. A conclusão de Marx é, com efeito, que, para sair desta contradição, "é preciso que seja a massa operária, ela própria, a apropriar-se do seu sobre-trabalho". E é somente "depois que ela o tenha feito" (após a revolução social, para o dizer de outro modo) que chegamos ao ponto em que "não é mais de forma alguma o tempo de trabalho, mas o tempo disponível, que é a medida da riqueza".

#### A mercadoria contra as necessidades

O capitalismo de hoje distingue-se por um projecto sistemático - e até mesmo dogmático - de transformar em mercadorias tudo aquilo que não o é ou que não deveria sê-lo. Um tal projecto é duplamente reaccionário: ele afirma a vontade do capitalismo em regressar ao seu estado natural, apagando tudo aquilo que havia podido civilizá-lo; ele revela também a sua incapacidade profunda em resolver os problemas novos que se colocam à humanidade.

O capitalismo pretende dar resposta a necessidades racionais e a aspirações legítimas, como por exemplo tratar os doentes do Sida ou limitar as emissões de gás com efeito de estufa; mas, apenas o admite com a condição de que tudo passe pelos crivos estreitos da mercadoria e do lucro. No caso do Sida, o princípio intocável é o de vender os medicamentos pelo preço que rentabilize o seu capital, pouco lhe importando que este preço apenas seja abordável por uma minoria das pessoas em causa. É a lei do valor que é aqui aplicada, com a sua eficácia própria, que não é, evidentemente, a de tratar o máximo de doentes mas a de rentabilizar o capital investido. As lutas que visam (não sem sucesso) contrariar este princípio de eficácia, têm um conteúdo anticapitalista imediato, pois a alternativa subjacente é a de financiar a pesquisa com fundos públicos e em seguida distribuir os medicamentos em função do poder de compra dos pacientes, inclusive gratuitamente. Quando os grandes grupos farmacêuticos se opõem com obstinação à produção e difusão de medicamentos genéricos, é o estatuto de mercadorias e o estatuto de capital dos seus investimentos que eles defendem, aliás, com grande lucidez.

Acontece a mesma coisa com a água, a qual suscitou numerosas lutas em todo o mundo, assim como a propósito desta questão ecológica fundamental que é a luta contra o efeito de estufa. Nesses casos, as potências capitalistas (grupos industriais e governos) recusam dar o mínimo passo em direcção a uma solução racional que seria a planificação energética à escala planetária. Eles procuram sucedâneos, como a denominada "eco-taxa" ou os "direitos a poluir". Trata-se, para eles, de fazer entrar a gestão deste problema no espaço das ferramentas mercantis, ou seja, jogar com os custos e os preços em vez de jogar com as quantidades. Trata-se de criar pseudo-mercadorias e pseudo-mercados, cujo exemplo mais caricatural é o projecto de mercado dos direitos a poluir. É um puro absurdo que não resiste sequer às contradições inter-imperialistas, como ficou demonstrado com a denúncia unilateral pelos Estados Unidos do acordo de Kyoto, o qual era, no entanto, bem tímido.

Ao mesmo tempo, o capitalismo contemporâneo visa organizar a economia mundial e o conjunto das sociedades segundo as suas próprias modalidades, que viram as costas aos objectivos do bem estar colectivo. O processo de constituição de um mercado mundial é desenvolvido de maneira sistemática e visa, no fundo, o estabelecimento de uma lei do valor internacional. Mas este projecto depara-se com profundas contradições porque ele repousa sobre a negação dos diferenciais de produtividade, que constituem obstáculo à formação de um espaço de valorização homogéneo. Este "esquecimento" conduz a efeitos de evicção que implicam a eliminação potencial de todo trabalho que não alcance as normas de rentabilidade mais elevadas, que são aquelas que o mercado mundial tende a universalizar. Os países são então fraccionados entre dois grandes sectores, a saber, aquele que se integra no mercado mundial e aquele que deverá ficar à parte. Trata-se então de um anti-



modelo de desenvolvimento. E este processo de dualização nos países do Sul é estritamente idêntico àquele que denominamos de exclusão nos países do Norte.

Enfim, é a força de trabalho, ela própria, que o patronato gostaria de reduzir ao estatuto de pura mercadoria. O projecto de "refundação social" do MEDEF (sindicato patronal francês), exprime bem esta ambição de apenas ter que pagar ao assalariado no momento em que ele estiver a trabalhar para o patrão, o que significa reduzir ao mínimo - remetendo-os para as finanças públicas - todos os componentes de salário socializado, remercantilizar as pensões de reforma e fazer desaparecer a própria noção de duração legal do trabalho. Este projecto vira as costas ao progresso social, o qual implica, em sentido contrário, a desmercantilização e o tempo livre. Para atingir este objectivo não há que contar com as inovações da técnica mas sim com um projecto radical de transformação social, que é o único meio de remeter a velha lei do valor para a prateleira das antiguidades. A luta pelo tempo livre, como meio privilegiado de redistribuir os ganhos de produtividade, é então a melhor via para fazer com que o trabalho não seja mais uma mercadoria e que a dinâmica do lucro seja substituída pela dinâmica das necessidades sociais: *"a produção baseada no valor de troca afunda-se e o processo de produção material imediato encontra-se ele próprio despido da sua forma mesquinha, miserável, antagónica. É então que se processa o livre desenvolvimento das individualidades. Não se trata mais, a partir daí, de reduzir o tempo de trabalho necessário para desenvolver o sobre-trabalho, mas de reduzir, em geral, o trabalho necessário da sociedade a um mínimo"* (7).

## A teoria da acumulação

A teoria marxista da acumulação e da reprodução do capital propõe um quadro de análise da trajectória do modo de produção capitalista. Este último é dotado de um princípio de eficácia específico, o que não o impede de desembocar regularmente sobre contradições (que até hoje conseguiu ir superando). Sua história o fez percorrer diferentes fases que o aproximam de uma crise sistémica, colocando em causa o seu princípio central de funcionamento, sem que, no entanto, seja possível deduzir daí o carácter inelutável da sua desagregação final.

Começemos por uma apologia paradoxal: o capitalismo é, na história da humanidade, o primeiro modo de produção a fazer prova de um tal dinamismo. Podemos avaliá-lo, por exemplo, pelo desenvolvimento sem precedente da produtividade do trabalho desde meados do século XIX, o que fez Marx afirmar que o capitalismo revolucionava as forças produtivas. Este desempenho decorre da sua característica essencial que é a concorrência entre capitais privados movidos pela busca da máxima rentabilidade. Esta concorrência desemboca sobre uma tendência permanente para a acumulação do capital (*"a Lei e os profetas"*, dizia Marx), o que subverte em permanência os métodos de produção e os próprios produtos, não se contentando em aumentar a escala da produção.

Estes trunfos têm, como contrapartida, dificuldades estruturais de funcionamento que se manifestam por crises periódicas. Podemos notar duas contradições absolutamente centrais que conduzem a uma tendência para a sobre-acumulação, por um lado, e para a sobre-produção, por outro. A tendência para a sobre-acumulação é a contrapartida da concorrência: cada capitalista tende a investir para ganhar partes do mercado, seja baixando os preços, seja melhorando a qualidade do produto. Ele é tanto mais encorajado quanto o mercado é promissor e a rentabilidade elevada. Mas a soma destas acções, que são racionais quando tomadas separadamente, conduz quase automaticamente a uma sobre-acumulação. Por outras palavras, existem globalmente demasiadas capacidades de produção investidas e, seguidamente, demasiado capital para que possa ser rentabilizado ao mesmo nível que no início. O que é ganho em produtividade se paga com um aumento do adiantamento em capital necessário por posto de trabalho, o que Marx denominava composição orgânica do capital.

A segunda tendência diz respeito aos canais de absorção de mercadorias. A sobre-acumulação conduz à sobreprodução no sentido em que se produzem também demasiadas mercadorias em

relação ao que o mercado pode absorver. Este desequilíbrio provém de um sub-consumo relativo, cada vez que a repartição de rendimentos não cria o poder de compra necessário para escoar a produção. Marx estudou longamente as condições de reprodução do sistema, que nós podemos resumir dizendo que o capitalismo utiliza um motor de dois tempos: ele necessita obviamente do lucro mas é também necessário que as mercadorias sejam efectivamente vendidas, de maneira a poder embolsar realmente este lucro, a poder "realizá-lo", para empregar um termo de Marx. Ele mostra que estas condições não são absolutamente impossíveis de se atingir mas que nada garante que elas sejam duravelmente satisfeitas. A concorrência entre capitais individuais traz o risco permanente de sobre-acumulação e portanto de desequilíbrio entre as duas grandes "secções" da economia: aquela que produz os meios de produção (bens de investimento, energia, matérias-primas, etc) e aquela que produz os bens de consumo. Mas a fonte principal de desequilíbrio é a luta de classes: cada capitalista tem interesse em baixar os salários dos seus próprios assalariados, mas se todos os salários se encontrarem bloqueados as saídas para absorção de mercadorias também faltarão. Será então necessário que o lucro obtido graças ao bloqueamento dos salários seja redistribuído para outras camadas sociais que o irão consumir, substituindo assim o consumo reduzido dos assalariados.

O funcionamento do capitalismo é, portanto, irregular por essência. Sua trajetória é submetida a dois tipos de movimentos que não têm a mesma amplitude. Há, de uma parte, o ciclo do capital que conduz à sucessão regular de "booms" e de recessões. Estas crises periódicas, mais ou menos marcadas, fazem parte do funcionamento normal do capitalismo. Trata-se de pequenas crises das quais o sistema sai de maneira automática: a fase de recessão conduz à desvalorização do capital e cria as condições da retomada. É o investimento que constitui o motor destas flutuações, de certa forma automáticas.

#### A teoria das ondas longas

Mas o capitalismo tem uma história que não repete sempre este funcionamento cíclico e que conduz à sucessão de períodos históricos marcados por características específicas. A teoria das ondas longas, desenvolvida por Ernest Mandel (8), permite a sua captação resumida no quadro seguinte.

Quadro 1. - A sucessão das ondas longas

	Fase expansiva	Fase recessiva
Primeira onda longa	1789-1816	1816-1847
Segunda onda longa	1848-1873	1873-1896
Terceira onda longa	1896-1919	1920-1940/45
Quarta onda longa	1940/45-1967/73 os "Trinta Gloriosos"	1968/73- ? "a Crise"

Num ritmo muito mais alongado, o capitalismo conhece assim uma alternância de fases expansivas e de fases recessivas. Esta apresentação sintética necessita de algumas precisões. A primeira é que não basta esperar 25 ou 30 anos. Se Mandel fala de onda em vez de ciclo, é porque a sua abordagem não se situa num esquema geralmente atribuído - provavelmente por erro - a Kondratieff, de movimentos regulares e alternados dos preços e da produção (9). Um dos pontos importantes da teoria das ondas longas é o de romper a simetria dos retornos: a passagem da fase expansiva à fase depressiva é "endógena", no sentido em que é o resultado do jogo dos mecanismos internos do sistema. A passagem da fase depressiva à fase expansiva é, pelo contrário, "exógena", não automática, e pressupõe uma reconfiguração do ambiente social e institucional. A ideia chave

aqui é de que a passagem à fase expansiva não é um dado adquirido por antecipação e que é necessário reconstituir uma nova "ordem produtiva". Isto levará um certo tempo (o que for necessário), não se tratando pois de um ciclo semelhante ao ciclo conjuntural cuja duração pode ser vinculada à duração da vida do capital fixo. Eis porque esta abordagem não confere nenhum primado às inovações tecnológicas: na definição desta nova ordem produtiva, as transformações sociais (relação de forças capital-trabalho, grau de socialização, condições de trabalho, etc.) desempenham um papel essencial.

O desenvolvimento das ondas longas tem, obviamente, alguma coisa a ver com a taxa de lucro. Mas isto não quer dizer que a fase expansiva se desencadeie automaticamente a partir do momento em que a taxa de lucro ultrapassa um certo patamar. Esta é uma condição necessária mas não suficiente. É preciso que a maneira pela qual se restabelece a taxa de lucro traga uma resposta adequada a outras questões que dizem respeito, nomeadamente, à realização. Eis porque a sucessão de fases não é dada por antecipação. Periodicamente, o capitalismo deve também redefinir as modalidades do seu funcionamento e instalar uma "ordem produtiva" que responda de maneira coerente a um certo número de questões respeitantes à acumulação e à reprodução. É preciso, em particular, combinar quatro elementos (10):

- um modo de acumulação que regule as modalidades da concorrência entre capitais e da relação capital-trabalho;
- a tecnologia: um tipo de forças produtivas materiais;
- a regulação social: direito do trabalho, protecção social, etc.;
- o tipo de divisão internacional do trabalho.

A taxa de lucro é um bom indicador sintético da dupla temporalidade do capitalismo. A curto prazo, ela flutua com o ciclo conjuntural, enquanto os seus movimentos de longo prazo resumem as grandes fases do capitalismo. A instalação de uma ordem produtiva coerente se traduz pela sua manutenção a um nível elevado e mais ou menos "garantido". Ao cabo de um certo tempo, o jogo das contradições fundamentais do sistema degrada esta situação e a crise é sempre, e por toda parte, marcada por uma baixa significativa da taxa de lucro. Esta reflecte uma dupla incapacidade do capitalismo em reproduzir o grau de exploração dos trabalhadores e em assegurar a realização das mercadorias. A instalação progressiva de uma nova ordem produtiva se traduz por um restabelecimento, mais ou menos rápido, da taxa de lucro. É desta maneira que nos parece útil reformular a lei da baixa tendencial da taxa de lucro: esta última não baixa de maneira contínua mas os mecanismos que a empurram para a baixa terminam sempre por triunfar sobre aquilo que Marx denominava as contra-tendências. A exigência de uma refundação da ordem produtiva reaparece, portanto, periodicamente.

A abordagem marxista da dinâmica longa do capital poderia, no final de contas, ser resumida da maneira seguinte: a crise é certa mas a catástrofe não o é. A crise é certa no sentido em que todos os dispositivos que o capitalismo inventa, ou que lhe impõem, não podem suprimir duravelmente o carácter desequilibrado e contraditório do seu funcionamento. Somente a passagem a uma outra lógica poderia conduzir a uma regulação estável. Mas estas crises periódicas que marcam a sua história não implicam de forma alguma que o capitalismo se dirija inexoravelmente em direcção a um afundamento final. No momento de cada uma destas "grandes crises" a opção objectiva se coloca: ou o capitalismo é derrubado ou ele reergue-se sob formas que podem ser mais ou menos violentas (guerra, fascismo), e mais ou menos regressivas (viragem neo-liberal). É neste quadro que devemos examinar a trajectória do capitalismo contemporâneo.

Não há soluções tecnológicas para as contradições do capitalismo

A produtividade do trabalho mede o volume de bens e de serviços produzido por hora de trabalho e constitui uma boa aproximação ao grau de desenvolvimento das forças produtivas; ela desempenha portanto um papel decisivo na dinâmica do capitalismo. A análise marxista clássica decompõe a taxa de lucro em dois elementos: a taxa de exploração e a composição orgânica do capital; mas

essas duas grandezas dependem por sua vez da produtividade do trabalho. A taxa de exploração depende da evolução do salário, e a eficácia do capital depende da evolução do capital por cabeça, relacionadas nos dois casos à produtividade do trabalho. De maneira sintética, podemos dizer que a taxa de lucro vai subir ou baixar conforme o aumento do salário real seja ou não compensado pela melhoria da “produtividade global dos factores”, definida como uma média ponderada da produtividade do trabalho e da produtividade do capital.

É paradoxalmente no seio dos partidários da “nova economia” que assistimos a uma ressurgência de um certo marxismo vulgar, segundo o qual a técnica decide de tudo. Uma vez que existem novas tecnologias, deve haver também mais produtividade, mais crescimento e mais empregos. É sobre a base deste raciocínio simplista que foi construída a teoria do “capitalismo patrimonial” de Michel Aglietta (11). Sua hipótese fundamental era que a “economia net” iria dar ao capitalismo uma fonte renovada de produtividade, permitindo estabilizar a taxa de lucro a um nível elevado ao mesmo tempo que redistribuía uma parte do produto, não mais sob a forma de salário mas de remunerações financeiras.

É pois dentro da mais pitoresca tradição de um marxismo «kominterniano» que as novas tecnologias são invocadas como fonte automática de novos lucros e, até mesmo, de um novo modelo social. Ninguém sonharia, obviamente, em negar a amplitude intrínseca das inovações no domínio da informação e da comunicação, mas são os outros elos do raciocínio que constituem o problema. Um prémio Nobel, Robert Solow, deu mesmo o seu nome a um paradoxo que consistia justamente em notar que a informatização não dava lugar aos ganhos de produtividade esperados. Aparentemente, o recente ciclo de crescimento nos Estados Unidos colocou fim a este paradoxo, pois foi registado um salto em frente a nível dos ganhos de produtividade. Esta seria a base sobre a qual poderia começar uma nova fase de crescimento longo. Mas este prognóstico esbarra em três incertezas: a primeira diz respeito à durabilidade do fenómeno nos próprios Estados Unidos: trata-se de um ciclo “*high tech*”, limitado no tempo? A difusão dos ganhos de produtividade pode estender-se ao conjunto dos sectores? A segunda dúvida, ainda mais forte, concerne a extensão possível deste modelo ao resto do mundo, na medida em que ele repousa sobre a capacidade particular dos Estados Unidos em drenar os capitais provenientes do mundo, em contrapartida de um défice comercial que se aprofunda a cada ano. Enfim, e sobretudo, devemos nos interrogar sobre a legitimidade do modelo social, desigual e regressivo, associado a estas transformações do capitalismo.

Estas interrogações podem ser esclarecidas por uma outra constatação: a viragem da “nova economia” vem, muito classicamente, de uma baixa da taxa de lucro. É por isto que um economista que, no entanto, tem muito pouco a ver com o marxismo, pode afirmar: “Marx is back” (12). O acréscimo de produtividade foi, com efeito, pago muito caro por um sobre-investimento dispendioso, que conduziu a um aumento da composição orgânica do capital, enquanto que a taxa de exploração acabava por baixar.

### Ganhos de produtividade e intensificação do trabalho

Existe uma outra maneira de questionar a ligação entre inovações tecnológicas e ganhos de produtividade, mostrando que estes últimos resultam de métodos clássicos de intensificação do trabalho. As transformações induzidas pela Internet, por exemplo, têm apenas um papel acessório na génese dos ganhos de produtividade. A encomenda pela via electrónica produz um ganho de tempo relativamente reduzido (no geral) em relação ao preenchimento de um formulário ou à consulta de um catálogo. O seguimento da operação depende essencialmente da cadeia de ligação e da capacidade em implementar uma fabricação modular, sendo que a viabilidade do conjunto repousa, no fim de contas, sobre a qualidade dos circuitos de aprovisionamento físicos. A partir da óbvia constatação de que elas não são transmissíveis pela Internet, as mercadorias encomendadas têm mesmo que circular em sentido inverso, pelas vias normais. Os ganhos de produtividade não decorrem tanto do recurso à Internet mas dependem da capacidade em fazer trabalhar os assalariados em horários ultra-flexíveis (ao dia, à semana ou ao ano, em função do tipo de produto)

e em intensificar e fluidificar as redes de aprovisionamento, com um sistema de bónus monetário para as entregas individuais e para o transporte rodoviário. É isto que conduz a apresentar a flexibilização do trabalho como um imperativo técnico.

Muitas das análises do capitalismo contemporâneo adoptam assim uma representação ideológica da técnica, o que vem constantemente fazer obstáculo a um estudo racionalizado daquilo que é verdadeiramente novo. Esta ideologia é tanto mais poderosa quanto ela se apoia sobre a fascinação exercida por tecnologias efectivamente prodigiosas. Mas, assim fazendo, ela distorce todas as interpretações no sentido de uma sub-estimação sistemática do papel dos processos de trabalho. Quer isto seja deliberado ou não, o facto é que as questões sociais envolventes das novas tecnologias são afastadas e relegadas para a categoria de velhas questões sem interesse. Fabrica-se assim uma representação do mundo na qual os "trabalhadores do virtual" se transformam no arquétipo do assalariado do século XXI, quando na realidade a implementação pelo capital destas novas tecnologias dá origem a pelo menos tantos empregos pouco qualificados quantos empregos de técnicos de informática. Apesar de todos os discursos grandiloquentes sobre as "*stock options*" e a associação destes novos heróis do trabalho intelectual à propriedade do capital, as relações de classe fundamentais continuam a ser relações de dominação. A desvalorização permanente do estatuto das profissões intelectuais, a desqualificação constante das profissões do conhecimento, tendem a reproduzir o estatuto de proletário e contrariam assim os esquemas ingénuos de uma elevação universal das qualificações e da emergência de um novo tipo de trabalhador.

Sabemos bem que os novos empresários reduzem ao mínimo as suas despesas e procuram impor os seus projectos extravagantes em matéria de organização do trabalho. No entanto, apesar disso, é evidente que muitos projectos não conseguem aceder à rentabilidade. É o que as múltiplas falências de "*start-ups*" prometedoras vieram demonstrar. São questões muito elementares de rentabilidade que condicionaram a "nova economia" e decidiram da viabilidade destes empreendimentos. O recurso às novas tecnologias não era portanto uma garantia em si, nem um meio mágico de escapar aos constrangimentos da lei do valor.

### A reprodução difícil

Para funcionar de maneira relativamente harmoniosa, o capitalismo tem necessidade de uma taxa de lucro suficiente, mas também de saídas para escoamento dos seus produtos. Mas tudo isto não é suficiente. Uma condição suplementar tem ainda que ser alcançada, que diz respeito à forma dessas saídas: elas devem corresponder aos sectores susceptíveis (graças aos ganhos de produtividade induzidos) de tornar compatível um crescimento sustentável com uma taxa de lucro constante. Ora, esta adequação é constantemente colocada em causa pela evolução das necessidades sociais.

Na medida em que o bloqueamento salarial se impôs como o meio privilegiado de restabelecimento do lucro na Europa, o crescimento possível ficou, *a priori*, estrangido. Mas essa não é a única razão. Há também que ter em conta os limites de dimensão e de dinamismo destas novas saídas de escoamento mercantil. A multiplicação de bens inovadores não foi suficiente para constituir um novo mercado de uma dimensão tão considerável como o do automóvel, o qual englobava não somente a indústria automóvel mas também os serviços de manutenção e as infra-estruturas rodoviárias e urbanas. A extensão relativamente limitada dos mercados potenciais não foi compensada pelo crescimento da procura. Faltavam, deste ponto de vista, elementos importantes que deveriam levar os ganhos de produtividade a progressões rápidas da procura em função das baixas relativas de preço induzidas pelos ganhos de produtividade.

Em seguida, assistimos a um desvio do rumo da procura social dos bens manufacturados para os serviços, o que não corresponde às exigências da acumulação do capital. A deslocação se faz em direcção a zonas de produção (bens ou serviços) de fraco potencial em produtividade. No seio do aparelho produtivo também, as despesas de serviços aumentam a sua proporção. Esta modificação estrutural da procura social é, em nossa opinião, uma das causas essenciais do abrandamento da

produtividade, a qual vai em seguida tornar mais raras as oportunidades de investimento rentável. Não é pelo facto de a acumulação ter abrandado que a produtividade diminuiu de ritmo. É, ao contrário, porque a produtividade - como indicador de lucros antecipados - abrandou que a acumulação, por sua vez, perdeu força e que o crescimento foi refreado, com efeitos de retorno suplementares sobre a própria produtividade. Um outro elemento a tomar em consideração é, igualmente, a formação de uma economia realmente globalizada, a qual, confrontando as necessidades sociais elementares no Sul com as normas de competitividade do Norte, tende a excluir os produtores (e portanto as necessidades) do Sul. Nestas condições, a redistribuição de rendimentos não basta, se estes se despendem nos sectores cuja produtividade - inferior ou de crescimento menos rápido - vai pesar sobre as condições gerais da rentabilidade. Como a transferência não é refreada ou compensada devido a uma relativa saturação da procura adequada, o salário deixa, em parte, de ser uma saída adequada à estrutura de oferta e tem portanto que ser bloqueado. A desigualdade na repartição, em benefício das camadas sociais abastadas (ao nível mundial, igualmente), representa então, até um certo ponto, uma saída para a questão da realização do lucro.

O atolamento do capitalismo numa fase depressiva resulta portanto de uma diferença crescente entre a transformação das necessidades sociais e o modo capitalista de reconhecimento e de satisfação destas necessidades. Mas isto quer também dizer que o perfil particular da fase actual mobiliza, talvez pela primeira vez na sua história, os elementos de uma crise sistémica do capitalismo. Podemos mesmo avançar com a hipótese de que o capitalismo esgotou o seu carácter progressista, no sentido em que a sua reprodução passa, de agora em diante, por uma regressão social generalizada. De todas as formas, devemos constatar que as suas capacidades actuais de ajustamento se restringem cada vez mais, nas suas principais dimensões: tecnológica, social e geográfica.

A nossa interpretação do “paradoxo de Solow” sugere que existe um progresso técnico autónomo latente, dispondo de importantes ganhos de produtividade virtuais. Mas a mobilização destas potencialidades esbarra num triplo limite:

- a insuficiência de acumulação representa um freio à difusão dos novos equipamentos e ao rejuvenescimento rápido do stock de capital;
- a imbricação crescente entre a indústria e os serviços, no coração do aparelho produtivo, contribui a puxar para baixo os desempenhos globais da produtividade;
- o insuficiente dinamismo da procura reforça o efeito precedente e acrescenta-lhe um factor específico de inadequação entre saídas de escoamento e oferta produtiva, devido à baixa da elasticidade da procura na resposta aos preços dos novos produtos e devido ao deslocamento da procura social em direcção a serviços de menor produtividade.

Se a tecnologia não permite mais modelar a satisfação das necessidades humanas tendo-se como referência mercadorias de forte produtividade, isto quer dizer que a adequação às necessidades sociais está cada vez mais ameaçada e que as desigualdades crescentes na repartição dos rendimentos transformam-se na condição da realização do lucro. É por isso que, em sua dimensão social, o capitalismo é incapaz de propor um “compromisso institucionalizado” aceitável, ou seja, uma divisão equitativa dos frutos do crescimento. Ele reivindica, de uma maneira completamente contraditória com o discurso elaborado durante a “Idade de Ouro” dos anos de expansão, a necessidade de regressão social para sustentar o dinamismo da acumulação. Sem uma modificação profunda das relações de força, ele parece incapaz de regressar, por si próprio, a uma divisão mais equilibrada da riqueza.

Enfim, do ponto de vista geográfico, o capitalismo perdeu a sua vocação de extensão em profundidade. A abertura de vastos mercados potenciais após a queda do Muro de Berlim não constituiu o novo Eldorado imaginado, nem o “choque exógeno” salvador. A estruturação da economia mundial tende a reforçar os mecanismos de exclusão, forçando os países do Sul a um impossível alinhamento sobre normas de hiper-competitividade. Cada vez mais, a figura harmoniosa da Tríade é substituída por relações conflituosas entre os três pólos dominantes. O

dinamismo recente dos Estados Unidos não lança as bases de um regime de crescimento que pudesse em seguida reforçar-se, estendendo-se ao resto do mundo. As suas contrapartidas aparecem cada vez mais evidentes sob a forma de um abafamento do crescimento na Europa e, ainda mais, no Japão. É por isto que o período aberto pela última viragem conjuntural é colocado sob o signo de uma subida das tensões entre os pólos dominantes da economia mundial e de uma instabilidade acrescida desta última.

Em resumo, as possibilidades de uma remodelação destas três dimensões (tecnológica, social, geográfica), susceptível de fornecer o quadro institucional de uma nova fase expansiva parecem limitadas, sendo que esta onda longa irá provavelmente estender-se numa base de fraco crescimento. Parafrazeando uma fórmula célebre, o fordismo representou sem dúvida “o estado supremo do capitalismo”, ou seja, o que ele tinha de melhor a oferecer. O facto de ele retirar agora ostensivamente essa oferta marca, da sua parte, a reivindicação de um verdadeiro direito à regressão social.

Nova economia, nova onda longa?

Entramos nós numa nova fase de crescimento duradouro? Podemos agregar os elementos de resposta já propostos, enunciando de maneira sintética os ingredientes de uma fase expansiva: um nível suficientemente elevado da taxa de lucro e a retomada da acumulação como condições imediatas; um ambiente relativamente estável, nomeadamente do ponto de vista da estruturação da economia mundial, assegurando as condições de manutenção da taxa de lucro a este nível elevado. Este primeiro conjunto de condições define um esquema de reprodução, estabelecendo quem compra o que é produzido. É preciso ainda acrescentar exigências de uma legitimidade social que defina uma “ordem produtiva” e garanta a reprodução geral do modelo.

Desde a contra-revolução neo-liberal, os debates oscilam entre duas concepções. Alguns insistem sobre a coerência deste projecto, outros acentuam as suas imperfeições, nomeadamente a instabilidade financeira. Periodicamente anuncia-se a instalação de um novo modelo. A taxa de lucro retomou os seus níveis da antes da crise. As novas tecnologias estão disponíveis. Mas não entramos numa nova ordem produtiva.

A especificidade absolutamente inédita da fase actual consiste principalmente no facto de que o restabelecimento da taxa de lucro não permitiu repor ao seu nível nenhuma das outras curvas do capitalismo. A taxa de acumulação, a taxa de crescimento do PIB e a taxa da produtividade do trabalho estão todas a baixar enquanto a taxa de lucro sobe. É verdade que a fase mais recente da “nova economia” reduziu estas diferenças nos Estados Unidos, onde pudemos constatar um restabelecimento do nível das três curvas: acumulação, crescimento e produtividade. Mas foi, como vimos, um restabelecimento muito limitado no tempo e ainda mais no espaço. Ou seja, apesar do restabelecimento da taxa de lucro, o capitalismo mundial não entrou numa nova fase expansiva. Faltam-lhe essencialmente três atributos: uma ordem económica mundial, campos de acumulação rentável suficientemente extensos e um modo de legitimação social. A fase actual é particularmente alongada, pela impossibilidade de estabelecer uma ordem produtiva coerente e uma estruturação estável da economia mundial. O anticapitalismo pode então renascer sobre a base de uma falta de legitimidade do modelo.

A grelha teórica aqui proposta pode ser facilmente situada em relação a outras abordagens. Ela não se opõe, como tal, à abordagem regulacionista inicial e apresenta muitos pontos em comum quanto às questões colocadas e quanto ao seu princípio geral: para funcionar bem o capitalismo tem necessidade de um conjunto de elementos constitutivos daquilo que podemos chamar um modo de regulação, uma ordem produtiva ou um período histórico. O importante é combinar a historicidade com a possibilidade de esquemas de reprodução relativamente estáveis. Mas é necessário distanciarmo-nos dos trabalhos regulacionistas de “segunda geração”, colocados sob o signo da harmonia espontânea e preocupados antes de tudo em desenhar as linhas de um novo contrato social, como se essa fosse a lógica natural do funcionamento do capitalismo, e como se este

dispusesse em permanência de um stock inesgotável de modos de regulação, bastando encorajá-lo a escolher o mais adequado (13).

Já assinalamos que esta abordagem se distingue igualmente de uma interpretação marxista demasiado mono-causal, que faz da taxa de lucro instantânea o “alfa e o ómega” da dinâmica do capital. Mas é necessário sobretudo distanciarmo-nos das abordagens que atribuem um lugar desproporcionado à tecnologia. Na teoria das ondas longas, existe uma relação orgânica entre a sucessão de ondas longas e aquela das revoluções científicas e técnicas, sem que este relacionamento possa se reduzir a uma visão neo-schumpteriana onde a inovação em si seria a chave da abertura de uma nova onda longa. Deste ponto de vista, as mutações ligadas à informática constituem sem dúvida um novo “paradigma técnico-económico” - retomando a terminologia de Freeman e Louçã no seu notável trabalho (14) - mas isto não basta como fundamento de uma nova onda expansiva. É também urgente distanciarmo-nos de um certo cientismo marxista que os advogados do capitalismo retomam, tentando fazer crer que a revolução tecnológica em curso basta para definir um modelo social coerente.

A teoria das ondas longas desagua portanto sobre uma crítica radical do capitalismo. Se este tem tanta dificuldade em lançar as bases de uma ordem produtiva relativamente estável e socialmente atractiva, é porque ele está confrontado com uma verdadeira crise sistémica. Sua prosperidade repousa de agora em diante sobre a negação de uma grande parte das necessidades sociais. Atingido este estádio, as pressões que se podem fazer sobre ele para fazê-lo funcionar de outra forma, para regulá-lo, devem ser de tal maneira fortes que se distinguem cada vez menos de um projecto global de transformação social.

Diante deste capitalismo que se assemelha cada vez mais ao seu próprio conceito, a aspiração a novas regulações é legítima. Mas é preciso não cair na ilusão da regulação, que consiste em pensar que o sistema é racional e deixar-se-á convencer por uma argumentação bem construída. Uma variante desta ilusão seria a de fixar-se a tarefa impossível de separar o trigo do joio e de buscar uma nova razão de ser para o capitalismo, desembaraçando-o da dominação da finança. Temos igualmente que admitir que a crítica do capitalismo actual não pode fazer-se em nome de um “fordismo” mitificado, ao qual se deveria fazê-lo regressar. Evidentemente, em relação àquela fase, é possível invocar as suas conquistas sociais e a legitimidade de que desfrutam, mas isto é, por si só, completamente insuficiente.

O ultrapassamento destes dois obstáculos desenha uma estratégia cujas intenções são bastante claras: a resistência à mercantilização capitalista conduz, pouco a pouco, à construção de uma nova legitimidade, fundada sobre os valores da igualdade, da solidariedade e da gratuidade, que colocam em causa o núcleo central da lógica capitalista. O radicalismo do capital, porque recusa responder positivamente a reivindicações elementares e porque põe em causa direitos adquiridos, engendra, em consequência, uma nova radicalidade de projectos de transformação social.

(\*) Michel Husson é um economista francês, administrador do INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques) e pesquisador no IRES (Institut d'Études Économiques et Sociales, ligado aos sindicatos). Em Portugal está publicado o seu livro 'Miséria do Capital' (Terramar, 1999). Dispõe de uma página pessoal na Internet - <http://hussonet.free.fr/> - com muitos materiais disponíveis. O presente ensaio resultou de uma conferência proferida na Sorbonne, a 14 de Outubro de 2006, estando a sua versão original disponível em <http://hussonet.free.fr/mhsorbon.pdf> .



---

NOTAS:

- (1) Para uma exposição sintética, ver o capítulo 1 da brochura de Christian Barsoc, "Les rouages du capitalisme": <http://hussonet.free.fr/rouages.pdf>.
- (2) Anwar M. Shaikh, "The Stock Market and the Corporate Sector: A Profit-Based Approach", Working Paper n° 146, The Jerome Levy Economics Institute, Setembro 1995: <http://hussonet.free.fr/shaikh.pdf>.
- (3) Ver Enzo Rullani, "[Le capitalisme cognitif: du déjà vu?](#)", Multitudes n° 2, 2000, onde figura igualmente uma entrevista com Rullani.
- (4) Antonio Negri, «Exil», Ed. Mille et une nuits, 1998, p. 19.
- (5) Todas as citações de Marx provêm dos "Fondements de la critique de l'Économie Politique (Grundrisse)", Ed. Anthropos, 1968, tomo 2, p. 209-231. Ver também, "Oeuvres", Economie II, Gallimard, Pléiade, 1968, p. 297-311.
- (6) André Gorz, "L'immatériel," Galilée, 2003.
- (7) "Grundrisse", tomo 2, p. 222.
- (8) Ver Ernest Mandel, "Long waves of capitalism development", segunda edição revisada, Verso, 1995.
- (9) Nicolas D. Kondratieff, "Les grands cycles de la conjuncture", Economica, 1992.
- (10) Para uma apresentação mais detalhada, ver Christian Barsoc, "Les rouages du capitalisme", já citado.
- (11) Ver, nomeadamente, Michel Aglietta, "Le capitalisme de demain", Nota da Fundação Saint-Simon, 1998.
- (12) Patrick Artus, "Karl Marx is back", CDC Flash n° 4, Janeiro 2002: <http://hussonet.free.fr/marx2fr.pdf>.
- (13) Para uma crítica da escola da regulação, ver Michel Husson, "L'école de la régulation, de Marx à la Fondation Saint-Simon: un aller sans retour?", em Jacques Bidet e Eustache Kouvelakis, «Dictionnaire Marx contemporain», PUF, 2001: <http://hussonet.free.fr/regula99.pdf>.
- (14) Christopher Freeman et Francisco Louçã, "As time goes by, From the Industrial Revolutions to the Information Revolution", Oxford University Press, 2002.